

QUEBRANDO DIREITOS HUMANOS

**DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS
DIREITOS HUMANOS**

LEI SECA ESQUEMATIZADA

*Quebrando
Questões*

Declaração Universal dos Direitos Humanos

Carta Internacional de Direitos Humanos - Composição
<ul style="list-style-type: none"> * Declaração Universal dos Direitos Humanos; * Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos e seus dois Protocolos Opcionais; * Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e seu Protocolo Facultativo.
<p>OBS: A Carta da Organização das Nações Unidas e a Convenção Americana de Direitos Humanos não fazem parte da.</p>

Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH)
<p>Origem: 1948 (Proclamada pela Resolução 217 A (III) da Assembleia Geral da ONU – Organização das Nações Unidas);</p>
<p>Primeiro documento de dimensão mundial a tratar de forma abrangente o tema dos direitos humanos, realçando a importância destes para a construção de um mundo de justiça e paz.</p>
<p>A internacionalização dos direitos humanos, objetivo central da DUDH, é uma forma de resposta ao mal absoluto que caracterizou regimes políticos como o nazismo, de que o genocídio promovido em campos de extermínio seria o exemplo mais dramático.</p>
<p>Impulsionou a criação do <u>Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos</u> (1966) e do <u>Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais</u> (1966).</p>
<p>Apresenta direitos de primeira geração (Civis e Políticos) e de segunda geração (Sociais, Econômicos e Culturais);</p>
<p>A Declaração Universal dos Direitos Humanos não apresenta instrumentos ou órgãos próprios destinados a tornar compulsória sua aplicação.</p>

Direitos Humanos - Características
<ul style="list-style-type: none"> * Historicidade; * Inexauribilidade; * Essencialidade; * Imprescritibilidade; * Inalienabilidade; * Irrenunciabilidade; * Inviolabilidade; * Efetividade; * Limitabilidade; * Complementaridade; * Concorrência; * Vedação ao Retrocesso; * Universalidade.

Natureza Jurídica da DUDH	
1º Corrente	2º Corrente
<p>A DUDH não é considerada um tratado, pacto ou convenção, não gerando obrigações aos Estados que a aderirem, mas apenas recomendação.</p>	<p>A DUDH por mais que não seja um tratado, pacto ou convenção, possui força jurídica vinculante e obrigatória.</p>
<p>OBS: Atualmente, a 2º corrente vem ganhando mais força!</p>	

Tratados e Convenções Internacionais	
Comuns	Direitos Humanos
<p>Status de Lei Ordinária</p>	<ul style="list-style-type: none"> * Status de Emenda Constitucional, se aprovado pelo quórum qualificado (CF/88. Art. 5º. §3º). * Status de Norma Supralegal, se aprovado sem o quórum de Emenda.
<p>OBS: A Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e seu Protocolo Facultativo (2007) e o Tratado de Marraqueche (2013), até o momento, são os únicos Tratados e Convenções internacionais de direitos humanos incorporados no Brasil com status de emenda constitucional.</p>	
<p>OBS: A Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica) realizada em 1969 para o STF (RE 466.343) possui o Status de Norma Supralegal.</p>	



Declaração Universal dos Direitos Humanos

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS (1948)

Preâmbulo

Considerando que o **reconhecimento da dignidade** inerente a **todos os membros** da família humana e de seus direitos **iguais e inalienáveis** é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo;

Considerando que o **desprezo** e o **desrespeito** pelos direitos da pessoa resultaram em **atos bárbaros** que ultrajaram a consciência da Humanidade e que o advento de um mundo em que as pessoas gozem de **liberdade de palavra, de crença e de liberdade de viverem a salvo do temor e da necessidade** foi proclamado como a mais alta aspiração do homem comum;

Considerando essencial que os direitos da pessoa sejam **protegidos pelo império da lei**, para que a pessoa **não seja compelida**, como último recurso, **à rebelião** contra a tirania e a opressão;

Considerando essencial **promover o desenvolvimento das relações amistosas** entre as nações;

Considerando que os povos das Nações Unidas reafirmaram, na Carta, sua fé nos direitos humanos fundamentais, na dignidade e no valor da pessoa humana e na igualdade de direitos do homem e da mulher, e que decidiram promover o progresso social e melhores condições de vida em uma liberdade mais ampla;

Considerando que os **Estados-Membros** se comprometeram a promover, em **cooperação com as Nações Unidas**, o **respeito universal** aos direitos e liberdades fundamentais da pessoa e a observância desses **direitos e liberdades**;

Considerando que uma compreensão comum desses direitos e liberdades é da mais alta importância para o pleno cumprimento desse compromisso,

A Assembleia Geral proclama

A presente Declaração Universal dos Direitos Humanos como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente esta Declaração, se esforcem, através do ensino e da educação, em promover o respeito a esses direitos e liberdades e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, em assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universais e efetivos, tanto entre os povos dos próprios Estados-Membros quanto entre os povos dos territórios sob a sua jurisdição.

Artigo I

Todas as pessoas nascem **livres e iguais** em dignidade e direitos. São dotadas de **razão e consciência** e devem agir em relação umas às outras com **espírito de fraternidade**.

Artigo II

1. Toda pessoa tem capacidade para gozar os **direitos e as liberdades** estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

2. Não será tampouco feita nenhuma distinção fundada na condição política, jurídica ou internacional do país ou território a que pertença uma pessoa, quer se trate de um território independente, sob tutela, sem governo próprio, quer sujeito a qualquer outra limitação de soberania.

Artigo III

Toda pessoa tem direito à **vida**, à **liberdade** e à **segurança pessoal**.

Artigo IV



Declaração Universal dos Direitos Humanos

Ninguém será mantido em escravidão ou servidão; a escravidão e o tráfico de escravos serão proibidos em todas as suas formas.

Artigo V

Ninguém será submetido a tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.

Artigo VI

Toda pessoa tem o direito de ser, em todos os lugares, **reconhecida como pessoa** perante a lei.

Artigo VII

Todos são **iguais** perante a lei e têm direito, **sem qualquer distinção**, a **igual proteção** da lei. Todos têm direito a **igual proteção contra qualquer discriminação** que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.

Artigo VIII

Toda pessoa tem o direito de **receber** dos Tribunais nacionais competentes **recurso efetivo** para os atos que **violem os direitos fundamentais** que lhe sejam reconhecidos pela Constituição ou pela lei.

Artigo IX

Ninguém será **arbitrariamente preso, detido ou exilado**.

Artigo X

Toda pessoa tem direito, em **plena igualdade**, a uma **audiência justa e pública** por parte de um Tribunal **independente e imparcial**, para decidir de seus direitos e deveres ou do fundamento de qualquer acusação criminal contra ela.

Artigo XI

1. **Toda pessoa acusada** de um ato delituoso tem o **direito de ser presumida inocente**, até que a sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei, em julgamento público no qual lhe tenham sido asseguradas todas as **garantias necessárias à sua defesa**. (**Presunção de Inocência e Princípio do Devido Processo Legal**)

2. **Ninguém** poderá ser culpado por qualquer ação ou omissão que, **no momento, não constituam delito** perante o direito nacional ou internacional. Também **não será imposta pena mais forte** do que aquela que, **no momento da prática, era aplicável ao ato delituoso**.

Artigo XII

Ninguém será sujeito a **interferências** na sua vida privada, na sua família, no seu lar ou na sua correspondência, **nem a ataques** à sua honra e reputação. Toda pessoa tem direito à **proteção** da lei **contra tais interferências ou ataques**.

Artigo XIII

1. Toda pessoa tem direito à **liberdade de locomoção** e **residência dentro das fronteiras** de cada Estado.
2. Toda pessoa tem o direito de **deixar qualquer país, inclusive o próprio**, e a ele regressar.

Artigo XIV

1. Toda pessoa **vítima de perseguição** tem o direito de procurar e de gozar **asilo** em outros países.



Declaração Universal dos Direitos Humanos

2. Este direito **não pode ser invocado** em caso de perseguição legitimamente motivada por crimes de direito comum ou por atos contrários aos propósitos ou princípios das Nações Unidas.

Artigo XV

1. Toda pessoa tem **direito a uma nacionalidade**.
2. **Ninguém** será **arbitrariamente privado de sua nacionalidade**, nem do direito de mudar de nacionalidade.

Artigo XVI

1. Os homens e mulheres de **maior idade, sem qualquer restrição** de raça, nacionalidade ou religião, têm o direito de **contrair matrimônio** e **fundar uma família**. Gozam de iguais direitos em relação ao **casamento**, sua **duração** e sua **dissolução**.
2. O casamento **não será válido** senão com o **livre e pleno consentimento dos nubentes**.
3. A família é o núcleo **natural e fundamental** da sociedade e tem direito à **proteção** da sociedade e do Estado.

Artigo XVII

1. Toda pessoa tem direito à **propriedade**, só ou em sociedade com outros.
2. **Ninguém** será arbitrariamente **privado de sua propriedade**.

Artigo XVIII

Toda pessoa tem direito à **liberdade de pensamento, consciência e religião**; este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, isolada ou coletivamente, em público ou em particular.

Artigo XIX

Toda pessoa tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a **liberdade** de, **sem interferências**, ter **opiniões** e de procurar, receber e transmitir **informações** e **ideias** por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.

Artigo XX

1. Toda pessoa tem direito à liberdade de **reunião e associação pacíficas**.
2. **Ninguém** poderá ser **obrigado a fazer parte de uma associação**.

Artigo XXI

1. Toda pessoa tem o direito de **tomar parte no governo** de seu país **diretamente** ou por **intermédio de representantes** livremente escolhidos.
2. Toda pessoa tem igual direito de **acesso ao serviço público** do seu país.
3. A **vontade do povo** será a base da autoridade do governo; esta vontade será expressa em eleições periódicas e legítimas, por sufrágio universal, por voto secreto ou processo equivalente que assegure a liberdade de voto.

Artigo XXII

Toda pessoa, como membro da sociedade, tem direito à **segurança social** e à realização, pelo esforço nacional, pela cooperação internacional e de acordo com a organização e recursos de cada Estado, dos **direitos econômicos, sociais e culturais** indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento de sua personalidade.



Declaração Universal dos Direitos Humanos

Artigo XXIII

1. Toda pessoa tem direito ao **trabalho**, à **livre escolha de emprego**, a **condições justas e favoráveis de trabalho** e à **proteção contra o desemprego**.
2. Toda pessoa, sem qualquer distinção, tem direito a **igual remuneração por igual trabalho**.
3. Toda pessoa que trabalha tem direito a uma remuneração justa e satisfatória, que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana, e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social.
4. Toda pessoa tem direito a **organizar sindicatos** e a neles **ingressar** para a **proteção de seus interesses**.

Artigo XXIV

Toda pessoa tem **direito a repouso e lazer**, inclusive a **limitação** razoável das horas de trabalho e a férias remuneradas periódicas.

Artigo XXV

1. Toda pessoa tem direito a um **padrão de vida** capaz de assegurar a **si** e a **sua família** saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, o direito à segurança, em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle.
2. A **maternidade** e a **infância** têm direito a cuidados e assistência **especiais**. Todas as crianças, nascidas dentro ou fora do matrimônio, gozarão da **mesma proteção social**.

Artigo XXVI

1. Toda pessoa tem **direito à instrução**. A instrução será **gratuita**, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A **instrução elementar** será **obrigatória**. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no **mérito**.
2. A instrução será orientada no sentido do **pleno desenvolvimento da personalidade humana** e do **fortalecimento** e do **respeito pelos direitos humanos** e pelas **liberdades fundamentais**. A **instrução** promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz.
3. Os **pais** têm prioridade de direito na **escolha do gênero** de instrução que será ministrada a seus filhos.

Artigo XXVII

1. Toda pessoa tem o direito de **participar livremente da vida cultural** da comunidade, de **fruir as artes** e de **participar do progresso científico** e de seus benefícios.
2. Toda pessoa tem direito à proteção dos interesses morais e materiais decorrentes de qualquer produção científica, literária ou artística da qual seja autor.

Artigo XXVIII

Toda pessoa tem direito a uma ordem social e internacional em que os direitos e liberdades estabelecidos na presente Declaração possam ser plenamente realizados.

Artigo XXIX

1. **Toda pessoa** tem **deveres** para com a comunidade, na qual o **livre e pleno desenvolvimento** de sua **personalidade** é possível.



Declaração Universal dos Direitos Humanos

2. No exercício de seus direitos e liberdades, toda pessoa estará sujeita apenas às limitações determinadas pela lei, exclusivamente com o fim de assegurar o devido reconhecimento e respeito dos direitos e liberdades de outrem, e de satisfazer às justas exigências da moral, da ordem pública e do bem-estar de uma sociedade democrática.

3. Esses direitos e liberdades **não podem, em hipótese alguma**, ser exercidos **contrariamente aos propósitos e princípios das Nações Unidas**.

Artigo XXX

Nenhuma disposição da presente Declaração pode ser interpretada como o reconhecimento a qualquer Estado, grupo ou pessoa, do direito de exercer qualquer atividade ou praticar qualquer ato destinado à destruição de quaisquer dos direitos e liberdades aqui estabelecidos.

